

**PROJETO DE LEI 5.660/2019 <sup>1</sup>**

**1. Síntese da Matéria:** O projeto de lei dispõe sobre a área de vigilância patrimonial. Com esse fim, altera o art. 10 da Lei nº 7.102, de 1983, que “dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores, e dá outras providências”, propondo que a atividade de vigilância patrimonial será exercida, dentro dos seguintes parâmetros: I – dentro dos limites dos imóveis vigiados; II – em até metros 50 (cinquenta) metros do perímetro do estabelecimento sob vigilância ou em distância a ser estabelecida pelo Departamento de Polícia Federal para os casos de comprovada necessidade; III – ao optar pela atividade de vigilância além dos limites dos imóveis vigiados, deverá a instituição, obrigatoriamente, disponibilizar aos órgãos de segurança pública seu sistema de vigilância eletrônica direcionado à via pública.

**2. Análise:** Da análise do projeto e das emendas aprovadas pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, observa-se que contemplam matéria de caráter essencialmente normativo, não acarretando repercussão direta ou indireta na receita ou na despesa da União.

**3. Dispositivos Infringidos:** Não há.

**4. Resumo:** O Projeto de Lei nº 5.660, de 2019, e as emendas de relator nºs 1 e 2 aprovadas pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado não acarretam repercussão direta no Orçamento da União, uma vez que possuem caráter estritamente normativo. Conclui-se, portanto, pela não implicação financeira ou orçamentária da matéria, nos termos da legislação pertinente.

Brasília, 7 de maio de 2024.

**Sérgio Tadao Sambosuke**  
Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira

<sup>1</sup> Solicitação de Trabalho da Secretaria da Comissão de Finanças e Tributação para atender ao disposto no art. 10-A da Norma Interna da CFT.

